

BASE DE AVIACAO DE TAUBATE

Termo de Referência 103/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
103/2026	160518-BASE DE AVIACAO DE TAUBATE	MURILO GONCALVES CARDOSO	10/06/2026 13:51 (v 0.8)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	7/2026	64009.008195/2026-86

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de cartuchos e toners para as impressoras das diversas seções/SU das Organizações Militares de Aviação do Exército (OM Av Ex), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

QUADRO CONSOLIDADO DE NECESSIDADES DO CAVEX E DEMAIS OM AV EX, SEDIADAS EM TAUBATÉ-SP.						
Item	Catmat	Descrição detalhada	Unidade de fornecimento	Qtd	Valor máximo aceitável (unitário)	Total
1	439033	Cartucho Toner Impressora Hp Tipo Cartucho: Compatível , Cor: Preta , Referência Cartucho 2: Ce320a	Und	29	R\$ 89,90	R\$ 2.607,10
2	396446	Cartucho Toner Impressora Hp Tipo Cartucho: Original , Cor: Ciano , Referência Cartucho 2: Ce321a	Und	29	R\$ 89,90	R\$ 2.607,10
3	396445	Cartucho Toner Impressora Hp Tipo Cartucho: Original , Cor: Amarela , Referência Cartucho 2: Ce322a	Und	29	R\$ 85,41	R\$ 2.476,89
4	396447	Cartucho Toner Impressora Hp Tipo Cartucho: Original , Cor: Magenta , Referência Cartucho 2: Ce323a	Und	29	R\$ 85,41	R\$ 2.476,89
5	465470	Cartucho Tinta Impressora Hp Tipo Cartucho: Compatível , Cor Tinta: Preta , Referência Cartucho 6: 662xl	Und	17	R\$ 81,50	R\$ 1.385,50
6	465471	Cartucho Tinta Impressora Hp Tipo Cartucho: Compatível , Cor Tinta: Colorida , Referência Cartucho 6: 662xl	Und	17	R\$ 84,19	R\$ 1.431,23

7	434699	Cartucho Toner Impressora Hp Tipo Cartucho: Original , Cor: Preta , Referência Cartucho 2: Cc364a	Und	88	R\$ 130,90	R\$ 11.519,20
8	465473	Cartucho Toner Impressora Hp Referência Cartucho: Q2612a , Tipo Cartucho: Compatível , Cor: Preta	Und	19	R\$ 45,00	R\$ 855,00
9	406349	Cartucho Toner Impressora Hp Tipo Cartucho: Original , Cor: Preta , Referência Cartucho 2: Cb436a	Und	29	R\$ 40,58	R\$ 1.176,82
10	394820	Cartucho Tinta Impressora Hp Referência Cartucho 4: C9351ab , Cor Tinta: Preta , Tipo Cartucho: Original	Und	5	R\$ 146,90	R\$ 734,50
11	412039	Cartucho Tinta Impressora Hp Referência Cartucho 4: C9352ab , Cor Tinta: Colorida , Tipo Cartucho: Original	Und	5	R\$ 140,00	R\$ 700,00
12	439442	Cartucho Toner Impressora Hp Tipo Cartucho: Original , Cor: Preta , Referência Cartucho 2: Ce505ab	Und	5	R\$ 51,51	R\$ 257,55
13	469185	Tonner/Cartucho TONER HP CF258A, cor preta / Cartucho Toner Impressora Hp Referência Cartucho 3: Cf258a COM CHIP, Cor: Preta , Tipo Cartucho: Original	Und	75	R\$ 149,00	R\$ 11.175,00
14	392016	Cartucho Toner Impressora Hp Referência Impressora 1: Laserjet P1102/M1210/M1212/M1130 , Referência Cartucho 2: Ce285a , Cor: Preta , Tipo Cartucho: Original	Und	39	R\$ 100,00	R\$ 3.900,00
15	434669	Cartucho Toner Impressora Hp tipo Cartucho : Compativel, Cor: Preta, Referência Cartucho 2 : CF350A	Und	34	R\$ 90,00	R\$ 3.060,00
16	434671	Cartucho Toner Impressora Hp tipo Cartucho : Compativel, Cor: Ciano, Referência Cartucho 2 : CF351A	Und	14	R\$ 75,00	R\$ 1.050,00
17	434672	Cartucho Toner Impressora Hp tipo Cartucho : Compativel, Cor: Amarelo, Referência Cartucho 2 : CF352A	Und	14	R\$ 88,00	R\$ 1.232,00
18	434673	Cartucho Toner Impressora Hp tipo Cartucho : Compativel, Cor: Magenta, Referência Cartucho 2 : CF353A	Und	14	R\$ 69,00	R\$ 966,00
19	438566	Cartucho Toner Impressora Hp Tipo Cartucho: Compatível , Cor: Preta , Referência Cartucho CF218A	Und	22	R\$ 96,50	R\$ 2.123,00
20	429777	Tonner/Cartucho TONER HP CF283A, cor preta / Cartucho Toner Impressora Hp Referência Cartucho 3: Cf283A , Cor: Preta , Tipo Cartucho: Original	Und	8	R\$ 79,00	R\$ 632,00
21	481401	Kit Cartucho Tinta para Impressora HP Ink Tank Wireless 416 (cores preta, amarela, ciano e magenta), 500ml cada	Und	23	R\$ 171,08	R\$ 3.934,84
22	461096	Cartucho Toner Impressora/Copiadora Kyocera Referência Cartucho: Tk-5232k , Tipo Cartucho: Original , Cor: Preta	Und	19	R\$ 60,45	R\$ 1.148,55

23	461102	Cartucho Toner Impressora/Copiadora Kyocera Referência Cartucho: Tk-5232c , Tipo Cartucho: Original , Cor: Ciano	Und	14	R\$ 80,68	R\$ 1.129,52
24	461101	Cartucho Toner Impressora/Copiadora Kyocera Referência Cartucho: Tk-5232m , Tipo Cartucho: Original , Cor: Magenta	Und	14	R\$ 80,68	R\$ 1.129,52
25	461038	Cartucho Toner Impressora/Copiadora Kyocera Referência Cartucho: Tk-5232y , Tipo Cartucho: Original , Cor: Amarela	Und	14	R\$ 78,00	R\$ 1.092,00
26	461037	Cartucho Toner Impressora/Copiadora Kyocera Referência Cartucho: Tk-5242k , Tipo Cartucho: Original , Cor: Preta	Und	28	R\$ 84,00	R\$ 2.352,00
27	461034	Cartucho Toner Impressora/Copiadora Kyocera Referência Cartucho: Tk-5242y , Tipo Cartucho: Original , Cor: Amarela	Und	10	R\$ 89,51	R\$ 895,10
28	461035	Cartucho Toner Impressora/Copiadora Kyocera Referência Cartucho: Tk-5242c , Tipo Cartucho: Original , Cor: Ciano	Und	10	R\$ 77,00	R\$ 770,00
29	461036	Cartucho Toner Impressora/Copiadora Kyocera Referência Cartucho: Tk-5242m , Tipo Cartucho: Original , Cor: Magenta	Und	10	R\$ 77,00	R\$ 770,00
30	409586	Cartucho Toner Impressora/Copiadora Kyocera Referência Cartucho: Tk-172 , Cor: Preta , Tipo Cartucho: Original	Und	10	R\$ 117,41	R\$ 1.174,10
31	430824	Cartucho Toner Impressora/Copiadora Kyocera Referência Cartucho: Tk-3182 , Tipo Cartucho: Original , Cor: Preta	Und	34	R\$ 128,90	R\$ 4.382,60
32	454624	Cartucho/Toner Kyocera, TK-1175, cor: preta	Und	17	R\$ 72,54	R\$ 1.233,18
33	430824	Cartucho/Toner Kyocera, TK 3162	Und	5	R\$ 139,99	R\$ 699,95
34	427083	Cartucho Tinta Impressora Lexmark Referência Cartucho: 50f4h00 , Cor Tinta: Preta , Tipo Cartucho: Original	Und	10	R\$ 83,61	R\$ 836,10
35	427093	Cartucho Tinta Impressora Lexmark Referência Cartucho: 80c8sk0 , Cor Tinta: Preta , Tipo Cartucho: Original	Und	5	R\$ 115,50	R\$ 577,50
36	427095	Cartucho Tinta Impressora Lexmark Referência Cartucho: 80c8sc0 , Tipo Cartucho: Original , Cor Tinta: Ciano	Und	5	R\$ 362,75	R\$ 1.813,75
37	427096	Cartucho Tinta Impressora Lexmark Referência Cartucho: 80c8sm0 , Tipo Cartucho: Original , Cor Tinta: Magenta	Und	5	R\$ 385,70	R\$ 1.928,50
38	427094	Cartucho Tinta Impressora Lexmark Referência Cartucho: 80c8sy0 , Tipo Cartucho: Original , Cor Tinta: Amarela	Und	5	R\$ 395,00	R\$ 1.975,00
39	473502	Cartucho Toner Impressora Lexmark Referência Cartucho 3: 78c40k0 , Cor Tinta: Preta , Tipo Cartucho: Compatível	Und	5	R\$ 210,60	R\$ 1.053,00

40	473500	Cartucho Toner Impressora Lexmark Referência Cartucho 3: 78c40c0 , Cor Tinta: Ciano , Tipo Cartucho: Compatível	Und	5	R\$ 294,00	R\$ 1.470,00
41	433921	Toner Compatível Lexmark MX711 MX810 MX811 MX812 Preto 45.000 páginas Referência cartucho: 62dbx00	Und	6	R\$ 112,00	R\$ 672,00
42	344589	Cartucho Toner Impressora Lexmark Tipo Cartucho: Compatível , Cor Tinta: Preta, Referência Cartucho 1: 12018sl , Referência Impressora: Lexmark E120	Und	10	R\$ 87,47	R\$ 874,70
43	616683	Cartucho de toner preto com rendimento de 20 mil páginas para Lexmark Lexmark CX635ADWE. Modelo: Lexmark, Nr 75M4XK0	Und	10	R\$ 998,90	R\$ 9.989,00
44	616681	Cartucho de toner ciano com rendimento de 11,7 mil páginas para Lexmark CX635ADWE. Modelo: Lexmark, Nr 75M4XC0	Und	10	R\$ 920,70	R\$ 9.207,00
45	615540	Cartucho de toner magenta com rendimento de 11,7 mil páginas para Lexmark CX635ADWE. Modelo: Lexmark, Nr 75M4XM0.	Und	10	R\$ 1.003,00	R\$ 10.030,00
46	616682	Cartucho de toner amarelo com rendimento de 11,7mil páginas para Lexmark CX635ADWE. Modelo: Lexmark, Nr 75M4XY0.	Und	10	R\$ 909,99	R\$ 9.099,90
47	481247	Recipiente de resíduos com capacidade para 25 mil páginas, original do fabricante da impressora, para Lexmark CX635ADWE. Modelo 78C0W00, da Lexmark.	Und	3	R\$ 305,00	R\$ 915,00
48	621849	Cartucho de toner preto com rendimento de 6 mil páginas para Lexmark CX431ADWE. Modelo: Lexmark, Nr 20N4XK0	Und	8	R\$ 816,17	R\$ 6.529,32
49	621852	Cartucho de toner Ciano com rendimento de 6.700 (seis mil e setecentas) páginas para Lexmark CX431ADWE. Modelo: Lexmark, Nr 20N4XC0	Und	8	R\$ 799,00	R\$ 6.392,00
50	621851	Cartucho de toner Magenta com rendimento de 6.700 (seis mil e setecentas) páginas para Lexmark CX431ADWE. Modelo: Lexmark, Nr 20N4XM0	Und	8	R\$ 833,50	R\$ 6.668,00
51	621850	Cartucho de toner Amarelo com rendimento de 6.700 (seis mil e setecentas) páginas para Lexmark CX431ADWE. Modelo: Lexmark, Nr 20N4XY0	Und	8	R\$ 795,00	R\$ 6.360,00
52	449891	Refil Tinta Material: Tinta , Cor: Black Cyan Magenta Yellow - Aplicação: Impressora Bul Ink , Características Adicionais: Kit 4 Frascos: Cor Preta: 170ml; Coloridas: 70ml compatível com G6010 Megatank Canon	Kit	5	R\$ 201,02	R\$ 1.005,10
53	609964	Cartucho toner preto para impressora Canon 1643IF de modelo T06, com capacidade de rendimento mínima de 20,5 mil páginas. Marca de referência: Canon	Und	14	R\$ 357,43	R\$ 5.004,02

54	449891	Refil Tinta Material: Tinta , Cor: Black Cyan Magenta Yellow - Aplicação: Impressora Bul Ink , Características Adicionais: Kit 4 Frascos: Cor Preta: 108ml Litro; Coloridas: 41,8ml - compatível com Brother DCP-T420W	Kit	16	R\$ 201,02	R\$ 3.216,32
55	446460	Cartucho Toner Impressora Brother Referência Cartucho: Tn-2370 , Tipo Cartucho: Original , Cor: Preta	Und	8	R\$ 97,50	R\$ 780,00
56	606826	Cartucho Toner Impressora Brother Tipo Cartucho: Original , Cor: Preta , Referência Cartucho : TN1060	Und	6	R\$ 108,00	R\$ 648,00
57	624190	Cartucho de toner de máximo rendimento (25.000 páginas) modelo TN-3612XL, compatível com impressora Brother MFC L6912DW	Und	32	R\$ 478,00	R\$ 15.296,00
58	443099	Cartucho Toner Impressora Brother, Tipo Cartucho: Original, Com rendimento de 25 mil páginas, Cor: Preta, Referência Cartucho : TN3662	Und	6	R\$ 640,00	R\$ 3.840,00
59	428512	Cartucho Toner Impressora Samsung Referência Cartucho: Mlt-D116l , Cor Tinta: Preta , Tipo Cartucho: Original	Und	37	R\$ 121,50	R\$ 4.495,50
60	426542	Cartucho Toner Impressora Samsung Referência Cartucho: Mlt-D203u , Cor Tinta: Preta , Tipo Cartucho: Original	Und	150	R\$ 100,00	R\$ 15.000,00
61	430690	Cilindro Samsung mlt d203	Und	36	R\$ 42,00	R\$ 1.512,00
62	338793	Unidade fusora HP LaserJet P2055dn	Und	6	R\$ 399,99	R\$ 2.399,94
63	415463	Unidade fusora HP LaserJet P3015	Und	5	R\$ 680,00	R\$ 3.400,00
64	437001	Unidade fusora HP Color LaserJet Pro MFP M176n	Und	2	R\$ 520,00	R\$ 1.040,00
65	614402	Cilindro HP CC364A	Und	10	R\$ 92,10	R\$ 921,00
66	614402	Cilindro HP 1102 CE285A	Und	8	R\$ 92,10	R\$ 736,80
67	473197	Cilindro Kyocera DK5231	Und	5	R\$ 542,00	R\$ 2.710,00
68	433284	Unidade de imagem Lexmark 78C0Z50	Und	3	R\$ 2.200,00	R\$ 6.600,00
69	449484	Unidade Imagem Referência: 50f0z00 , Tipo: Original , Tipo Uso: Impressora Lexmark	Und	5	R\$ 367,00	R\$ 1.835,00
70	433923	Conjunto Imagem Componentes: Kit Imagem , Aplicação: Impressora Lexmark , Código: 52d0z00	Und	9	R\$ 264,95	R\$ 2.384,55
71	356296	Cilindro Lexmark E120	Und	3	R\$ 166,95	R\$ 500,85
72	473089	Unidade do cilindro modelo DR3602, compatível com a impressora Brother MFC L6912DW, capacidade de 75.000 páginas	Und	5	R\$ 676,30	R\$ 3.381,50

73	446882	Ribbon Material: Cera , Largura: 110 MM, Comprimento: 74 M, Cor: Preta , Aplicação: Impressora Térmica compatível - marca Elgin modelo L42Pro	Und	400	R\$ 22,68	R\$ 9.072,00
74	448525	Etiqueta Adesiva Material: Papel Couchê , Cor: Branca , Aplicação: Impressora Térmica , Características Adicionais: Com 1 Coluna , Altura: 30 MM, Largura 1: 55 M	Und	10	R\$ 25,40	R\$ 254,00
75	472930	UNIDADE FUSOR LEXMARK MX811 110V	Und	6	R\$ 1.140,30	R\$ 6.841,80
76	486117	KIT MANUTENCAO ROLETES LEXMARK MS810	Und	4	R\$ 423,75	R\$ 1.695,00
77	235215	Cabo Flat Scanner Samsung M4070 M4075 M3870 M3875 Jc39-02022a	Und	16	R\$ 53,94	R\$ 863,04
78	427175	Fusor 110V HP Color LaserJet CM1312 CM1312NFi CM1410 CM1415	Und	3	R\$ 302,50	R\$ 907,50
79	380758	Kit Reparo Pickup E Separador Papel Cm1415 Cp1525 M251 M276	Und	16	R\$ 49,00	R\$ 784,00
80	472012	Cartucho Toner Impressora Lexmark Referência Cartucho 3: 78c40y0 , Cor Tinta: Amarela , Tipo Cartucho: Compatível	Und	5	R\$ 194,25	R\$ 971,25
81	472014	Cartucho Toner Impressora Lexmark Referência Cartucho 3: 78c40m0 , Cor Tinta: Magenta , Tipo Cartucho: Compatível	Und	5	R\$ 216,80	R\$ 1.084,00
82	449891	KIT GARRAFA EPSON T544 PARA ECOTANK. Refil Tinta Material: Tinta , Cor: Black Cyan Magenta Yellow , Aplicação: Impressora Bul Ink , Características Adicionais: Kit 4 Frascos com 65ml cada cor	Und	24	R\$ 201,02	R\$ 4.824,48
83	440705	Cartucho Toner impressora Lexmark tipo Cartucho: Original, Cor tinta : Preta, Referência Cartucho 3 : 52D4H00	Und	37	R\$ 105,00	R\$ 3.885,00
84	433334	Unidade Imagem Referência: Mlt-R116 , Durabilidade: 9.000 Cópias , Cor: Preta , Tipo: Original , Tipo Uso: Impressora Sansung	Und	13	R\$ 89,90	R\$ 1.168,70
<b>TOTAL</b>						<b>R\$ 258.525,26</b>

1.2. Todos os itens deverão possuir uma garantia mínima de 1 (um) ano.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias contados do recebimento da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O prazo de vigência poderá ser prorrogado, por igual período , independente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvada as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, prevista neste instrumento.

1.7. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

1.8. Em caso de divergência entre as descrições registradas na relação de itens gerada pelo COMPRASNET e as contidas neste TERMO DE REFERÊNCIA, prevalece as desse último, consoante ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório.

1.9. Para todos os itens, serão aceitos produtos originais ou compatíveis, desde que não sejam remanufaturados/ reconicionados/ recarregados.

1.10. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394452000103-0-000100/2026

II) Data de publicação no PNCP: 05/05/2025

III) Id do item no PCA: 709

IV) Classe/Grupo: 7070 - PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA IMPRESSORAS

V) Identificador da Futura Contratação: 160518-7/2026

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade:

4.1. Os critérios de sustentabilidade encontram-se pormenorizados em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação, NÃO será admitida a indicação de marcas e modelos.

### Da vedação de utilização de marca ou produto

4.3. Não serão vedados marcas ou produtos na presente licitação.

### Da exigência de amostra:

4.4. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar não precisará apresentar amostra.

### Da exigência de carta de solidariedade:

4.5. Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, não será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante.

### Subcontratação

4.6. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### Garantia da contratação

4.7. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

### Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.8. Na presente licitação, todos os itens são exclusivos para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única, no seguinte endereço:

5.2. Órgão Gerenciador – BASE DE AVIAÇÃO DE TAUBATÉ: Almoxarifado Geral da Base de Aviação de Taubaté, Estrada Municipal do Remédios, 2135, Granjas Rurais Reunidas São Judas Tadeu, Taubaté-SP, CEP 12.086-000. Os horários disponíveis para recebimento são de segunda a quinta-feira, das 09h30 às 11h30 e das 13h30 às 16h00 e na sexta-feira das 09h30 às 11h00.

5.3. Os materiais deverão ser entregues na embalagem original, lacradas, onde deverão estar impressos dados de identificação, procedência, data de fabricação e prazo de validade.

5.4. Os produtos, quando couber, deverão ser entregues com prazo equivalente a, no mínimo, 80% de sua validade, contado da data de emissão da nota fiscal do item empenhado.

### Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

### Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).



## Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.9. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.10. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

## Gestor do Contrato

6.11. Cabe ao gestor do contrato:

6.11.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.11.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.11.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.11.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.11.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.11.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.11.7. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**Multa:**

Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 20 % a 30% do valor do Contrato.

Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 15% a 20% do valor do Contrato.

Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 15% do valor do Contrato.

Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 15% do valor do Contrato.

Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 15% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

7.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10(dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante;

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

7.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros

contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022. o ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### Liquidação

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.10.1. o prazo de validade;

8.10.2. a data da emissão;

8.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.10.5. o valor a pagar; e

8.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

8.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de crédito**

8.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

8.25. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

8.26. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.28. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

8.29. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

### **Reajuste**

8.30. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.31. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado , os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade .

8.32. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.33. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.34. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.35. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.36. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.37. O reajuste será realizado por apostilamento.

8.38. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço**.

### Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral, de acordo com cada nota de empenho.

### Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

9.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

9.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.23. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.24. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.25. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 258.525,26, conforme custos unitários apostos na tabela do item 1.1 deste Termo de Referência.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação;

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. Por se tratar de licitação para registro de preços, a indicação da dotação orçamentária se dará antes da emissão de cada Nota de Empenho.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

## 13. ANEXO I

### Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

#### 13. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

13.1. O adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias corridos, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

13.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

13.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

13.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

13.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

#### 14. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

14.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

#### 15. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

15.1. São obrigações do Contratante:

15.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

15.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

15.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

15.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

15.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

15.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

15.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

15.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

15.1.9. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

15.1.9.1. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 dias.

15.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

15.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **16. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

16.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

16.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

16.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

16.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

16.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

16.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

16.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

16.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

16.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

16.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

16.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

16.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

16.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

16.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

16.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

16.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

16.1.11. Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

16.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

16.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

16.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

16.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;



16.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

16.2. A contratada deverá ainda:

16.2.1. Contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, na produção, armazenagem, transporte, descartes de resíduos e outros, de acordo com o art. 225 da Constituição de 1988, e em conformidade com o artigo 3º da Lei nº 8.666/93, modificado pela Lei nº 12.349, de 15 de dezembro de 2010, e com o artigo 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

16.2.2. Aplicar as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT NBR – 15448-1 e 15-448-2 – referente ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis, correspondente aos do Termo de Referência.

16.2.3. Utilizar materiais preferencialmente recicláveis e na impossibilidade desses materiais que tenham sido fabricados com a utilização de recursos renováveis ou extraídos da natureza de forma sustentável e que não agredam o meio ambiente.

16.2.4. Fazer o uso racional de água, adotando medidas para evitar o desperdício de água tratada e mantendo critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo tanto de água quanto de energia, conforme instituído no Decreto nº 48.138/03.

16.2.5. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos que gerem ruído no seu funcionamento.

16.2.6. Dar preferência a embalagens reutilizáveis ou biodegradáveis.

16.2.7. Considerando a natureza reciclável do objeto e a necessidade de destinação ambientalmente adequada, a BAvT adotará o procedimento de logística reversa para os cartuchos e toners, conforme estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei 12.305/2010, que institui a responsabilidade compartilhada por toda a cadeia de produção, comercialização e consumo.

16.2.8. De acordo com os artigos nº 31 e 33 da Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes que fornecem produtos que produzem resíduos sólidos têm a obrigação legal de, após a sua utilização, estabelecer e gerenciar a política de logística reversa destes materiais, além de divulgar a forma e os procedimentos adequados para que os mesmos tenham seu destino ecologicamente correto, com o fim de diminuir os impactos ambientais.

16.2.9. A empresa deverá prever a execução de logística reversa para os itens, bem como encaminhar o material descartado de acordo com as práticas e políticas de sustentabilidade ambiental previstas em lei, sem qualquer ônus para a Contratante, que se dará da seguinte forma:

16.2.10. Os itens vazios/usados deverão ser coletados pela empresa contratada no prazo de 30 (trinta) dias corridos após a solicitação formal, que se dará, preferencialmente, via correspondência eletrônica.

16.2.11. A empresa deverá indicar, desde já, um responsável e seu contato (telefone e e-mail).

16.2.12. O recolhimento dos produtos será realizado em quantidade não inferior a 10 (dez) unidades ou em quantidades posteriormente acordadas. Todo custo, bem como todo o investimento com transporte, coleta e infraestrutura de atuação logística, para a plena execução da política reversa, é de responsabilidade do fornecedor e deverá estar incluído no valor dos produtos fornecidos;

16.2.13. No decorrer da execução contratual, poderá ser exigido do fornecedor a apresentação de documentos comprobatórios dos procedimentos de reciclagem e/ou destruição nos termos da legislação vigente.

16.2.14. A veracidade das informações prestadas é de inteira responsabilidade do fornecedor, por elas respondendo civil e criminalmente, conforme legislação vigente.

16.2.15. A empresa deverá prever que, da execução da logística reversa, poderá ser exigida a comprovação de eventuais vínculos com empresas contratadas para tal. Essa empresa, ou a própria empresa licitante, se for o caso, deverá estar qualificada para a destinação a que se refere este edital, bem como apresentar as documentações e comprovações que se fizerem necessárias para dirimir quaisquer outras dúvidas no decorrer da análise.

## **17. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

17.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

17.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

17.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

17.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

17.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

17.8. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

17.8.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

17.8.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

17.8.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

17.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

17.9.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

17.9.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

17.9.3. Indenizações e multas.

17.10. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

17.11. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

**18. DOS CASOS OMISSOS**

18.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**19. ALTERAÇÕES**

19.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

19.2. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

19.3. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**20. FORO**

20.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Taubaté-SP para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**14. ANEXO II**

**TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA**

Por meio deste instrumento, ..... (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital OU Aviso de Contratação Direta, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

\_\_\_\_\_  
(Nome e Cargo do Representante Legal)

# 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**FELIPE PIFANO DIAS**

Requisitante

**MURILO GONCALVES CARDOSO**

Membro da equipe de planejamento